

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - A G E F E P E

Notas Explicativas da Administração às

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1. Contexto Operacional

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Pernambuco, constituída com base na Lei Estadual nº 13.701, de 18 de dezembro de 2008.

A **AGEFEPE** é uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional. A Agência recebeu autorização de funcionamento, conforme comunicado DEORF/GTREC - 2010/09947, de 09 de dezembro de 2010, do Banco Central do Brasil.

A **AGEFEPE** tem como principal finalidade a realização de ações de fomento econômico no Estado de Pernambuco, incluindo a realização de financiamentos para investimentos fixos, de giro, mistos, associados a projetos, utilizando recursos próprios ou repasse de recursos de instituições financeiras e fundos regionais, nacionais e internacionais, a concessão de garantias, a gestão de fundos de desenvolvimento e a prestação de serviços de consultoria financeira, em consonância com o Plano do Governo Estadual, podendo praticar todas as modalidades operacionais previstas nas normas do Banco Central do Brasil para as Agências de Fomento.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e apresentadas em conformidade com os dispositivos da Lei das Sociedades por Ações - Lei 6.404/76 e suas alterações, associadas as normas do CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro - COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos normas do Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente e CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

As demonstrações Financeiras ora apresentadas referem-se ao período encerrado em 31 de dezembro de 2017, data de encerramento do exercício e comparadas com o mesmo período de 2016.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações Financeiras estão definidas a seguir:

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de Disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos de curto prazo.

b) Operações de Crédito

As operações de crédito encontram-se atualizadas em conformidade com as correspondentes disposições contratuais, registradas a valor presente, incorporando os rendimentos auferidos até a data do balanço quando pós-fixadas e líquido das rendas a apropriar em razão da fluência dos prazos das operações, quando pré-fixada.

Por recomendação do BACEN, a atualização das operações de crédito ocorre até o 60º dia, sendo contabilizada como receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, somente quando efetivamente recebidas.

Todas as operações de crédito estão classificadas obedecendo os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/1999, do CMN.

As operações de crédito em atraso são classificadas nos níveis de “A” até “H”. Aquelas classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por até cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas no mesmo nível em que se encontravam classificadas. As renegociações de operações de crédito, que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

c) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação;
- 20% para sistema de processamento de dados.

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

d) Ativos e Passivos Contingentes

As provisões são reconhecidas quando a Agência tem uma obrigação legal ou implícita, como resultado de eventos passados. São avaliadas, reconhecidas e divulgadas de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução CMN 3.823/2009 e Normas e Pronunciamentos Contábeis - CPC 25.

No encerramento do exercício de 2017 não existiam fatos que ensejassem a necessidade de constituir quaisquer tipo de provisão para contingências.

e) Demais Ativos e Passivos

São apresentados pelos seus valores de realização ou de liquidação na data do Balanço.

f) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas na Demonstração de Resultado em conformidade com o regime de competência mensal.

g) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro, quando exigível, são calculados em bases mensais sobre o resultado contábil do período, ajustado pelas adições determinadas, pelas exclusões admitidas e pelas compensações de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, até o limite definido em legislação específica vigente à época da ocorrência dos fatos geradores.

3. Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais, sendo 90% destes aplicados em Fundos com remuneração pela taxa básica de juros da economia e os outros 10% em títulos do tesouro na modalidade Tesouro SELIC:

	Vencimento	2017	2016
Curto Prazo (para negociação)		24.926	43.532
Cotas de Fundos de Renda Fixa	Sem vencimento	24.926	39.309
Letras Financeiras do Tesouro		-	4.223
Longo Prazo (mantido até o vencimento)		3.720	-
Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	3.720	-
TOTAL		28.646	43.532

4. Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

4.1. Composição por Atividade Econômica

A Vencer

	2017				2016			
Setor Privado	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total	Até 180 dias	De 180 a 360 dias	Mais 360 dias	Total
Serviço	37	3.068	15.982	19.088	1.449	962	5.044	7.455
Indústria	258	260	3.636	4.154	645	776	3.987	5.408
Comércio	9	275	3.238	3.522	265	183	690	1.138
Pessoa Física	72	623	29	723	30	22	5	57
Subtotal	376	4.226	22.885	27.487	2.389	1.943	9.726	14.058

Vencido

Setor Privado	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total
Serviço	1.908	9	45	1.962	77	339	81	497
Indústria	135	151	39	325	41	87	102	230
Rural	-	8	-	8				
Comércio	659	1	305	966	23	26	27	76
Pessoa Física	125	11	1	136	4	18	8	30
Subtotal	2.827	180	390	3.397	145	470	218	833
Total	3.203	4.406	23.275	30.884	2.534	2.413	9.944	14.891

4.2. Composição por Nível de Risco e Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A VENCER		2017					2016
Nível de risco	Até 180 dias	de 180 a 360 dias	Mais de 360 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	105	957	9.189	10.251	0,50%	51	1
B	231	3.058	9.769	13.058	1,00%	131	67
C	37	-	2.926	2963	3,00%	89	10
D	-	209	-	209	10,00%	21	255
E	-	-	161	161	30,00%	48	54
F	2	-	-	2	50,00%	1	167
G	-	-	836	836	70,00%	585	3
H	1	2	4	7	100,00%	7	3.757
Total	376	4.226	22.885	27.487		933	4.314

VENCIDO		2017					2016
Nível de risco	De 15 a 60 dias	De 61 a 180 dias	Mais de 180 dias	Total	% Resolução BACEN	Provisão	Provisão
A	258	-	-	258	0,50%	1	-
B	297	-	-	297	1,00%	3	-
C	500	-	-	500	3,00%	15	-
D	-	3	-	3	10,00%	-	5
E	1.771	-	-	1771	30,00%	531	3
F	-	165	-	165	50,00%	83	11
G	-	1	-	1	70,00%	1	10
H	1	11	390	402	100,00%	402	725
Total	2.827	180	390	3.397		1036	754

Movimentação da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa no segundo semestre de 2017

	2017	2016
Saldo no Início do exercício	5.068	6.527
Adições	721	5.946
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	(1.833)	(64)
Reversões	(2.102)	(447)
Baixa para Prejuízo	115	(6.894)
Saldo no Final do exercício	1.969	5.068

5. Outros Créditos

Os valores registrados em Outros Créditos e outros valores e bens, referem-se a ativos recuperáveis, sendo representados por “Impostos e Contribuições a Compensar” - IRPJ e CSLL, “Devedores Diversos - Cobrança a Processar” e Despesas Antecipadas, conforme demonstrado a seguir:

	2017	2016
Serviços Prestados a Receber	20	9
Adiantamentos e Antecipações Salariais	4	5
Adiantamento p/pagamento de Nossa Conta	1	-
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	2	-
Impostos e Contribuições a Compensar	17	14
Devedores Diversos - País	55	6
Outros Valores e Bens	25	28
	124	62

6. Imobilizado de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2017
Permanente	228	375	-	603
<u>Imobilizado de Uso</u>	225	(40)	-	185
Móveis e Equipamentos de Uso	394	1	-	395
Aparelho de Refrigeração	49	1	-	50
Máquinas e Equipamentos	56	-	-	56
Mobiliários	289	-	-	289
Sistema de Processamento de Dados	356	2	-	358
Sistema de Processamento de Dados	356	2	-	358
(Depreciação E Amortização)	(524)	(43)	-	(568)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equip. de Uso	(180)	(39)	-	(219)
(-) Aparelho de Refrigeração	(23)	(5)	-	(28)
(-) Máquinas e Equipamentos	(26)	(6)	-	(31)
(-) Mobiliários	(131)	(29)	-	(160)
(-) Deprec. Acum. Sist. De Proc. De Dados	(345)	(4)	-	(349)
(-) Sistema De Proc. De Dados	(345)	(4)	-	(349)
<u>Intangível</u>	3	415	-	418
Licença De Uso De Software	462	974	-	1.436
(-) Amortização Licença De Uso De Software	(459)	(559)	-	(1.018)

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 31 de dezembro de 2017, com base nas premissas conhecidas, não apontam a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGEFEPE.

7. Obrigações por empréstimos e Repasses

Os valores registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses, referem-se a repasses do BNDES, FINEP e BNB-FNE, conforme demonstrado a seguir:

Passivo Circulante

	2017	2016
Obrigações por Repasses-BNDES	407	-
Obrigações por Repasses – FINEP	600	131
Obrigações por Repasses – BNB	212	222
	1.218	353

Exigível a Longo Prazo

	2017	2016
Obrigações por Repasses-BNDES	3.526	2.627
Obrigações por Repasses – FINEP	3.105	3.222
Obrigações por Repasses – BNB	712	914
	7.342	6.763

8. Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias

Representam as obrigações da Instituição para com o Governo Federal, relativas a Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros, Impostos e Contribuições sobre salários e PIS/COFINS sobre as receitas.

	2017	2016
IOF	2	-
INSS	60	60
IRRF	33	32
COFINS	24	26
FGTS	17	16
PIS	4	4
ISS	4	2
Outros	4	-
TOTAL	148	140

9. Outras Obrigações - Diversas

Compreende as provisões das despesas administrativas do mês de dezembro/2017 e as provisões das despesas de pessoal sobre férias acrescidas de 1/3 e 13º salário dos funcionários e Diretoria, correspondente ao saldo acumulado no final do exercício, e outros credores.

	2017	2016
Provisão Outras Despesas Administrativas	263	294
Provisão de Férias e Encargos	172	200
Provisão para passivos contingentes	-	4
Credores Diversos	487	6
TOTAL	922	504

10. Patrimônio Líquido

Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, representa o montante de R\$ 65.410, representado por 64.354.408 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

O Capital Social é representado exclusivamente por ações ordinárias. Cada ação ordinária nominativa dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O Quadro de acionistas esta assim constituído:

Acionistas	2017		2016	
	R\$	Percentual	R\$	Percentual
Estado de Pernambuco	65.000.000	99,37%	65.000.000	99,37%
AD DIPER	350.000	0,53%	350.000	0,53%
SINDUSGESSO	50.000	0,08%	50.000	0,08%
FEMICRO	10.000	0,02%	10.000	0,02%
Demais Acionistas	10	0,00%	10	0,00%
Total	65.410.010	100,00%	65.410.010	100,00%

11. Despesa de Pessoal e Honorários

	2º Sem. 2017	2017	2016
Honorários	306	648	745
Alimentação	125	228	222
FGTS	70	140	148
INSS	247	495	522
Ordenados e Repre	533	1.057	1.092
Férias	91	179	183
13º Salário	67	134	135
Outras	44	83	45
	1.483	2.964	3.092

12. Outras Despesas Administrativas

	2º Sem. 2017	2017	2016
Manutenção e Conservação	68	128	152
Processamento de Dados	90	253	593
Publicações	79	168	161
Serviços de Terceiros	70	149	204
Serviços Técnicos Especializados	1.087	2.098	1.938
Aluguéis	173	338	358
Comunicação	-	-	99
Serviços de Vigilância	93	191	191
Cartórios e Custas	-	-	204
Outras	214	416	344
	1.874	3.741	4.244

13. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - DRE - Reapresentação de Saldos Comparativos-

Em cumprimento aos procedimentos previstos no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a correção foi aplicada de forma retrospectiva e não apresentou reflexos nos saldos totais das contas de ativo e passivo e nem no resultado do exercício.

14. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A gestão de riscos da AGEFEPE considera as exigências e níveis regulatórios. É um processo que envolve identificação e medição dos principais riscos aos quais a Instituição está exposta. O gerenciamento resulta em melhorias nos seus processos internos, com adequações da estrutura organizacional, de forma a envolver todas as áreas da instituição num processo contínuo de otimização, da gestão que visa os controles e a mitigação dos riscos.

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, da desvalorização de contratos decorrentes da deterioração na classificação de risco e da redução de ganhos ou remunerações face às vantagens concedidas por ocasião de renegociações e aos custos de recuperação. Nesse âmbito, em atendimento às disposições da Resolução Bacen nº 3721/2009, existe política definida para a gestão do risco de crédito.

b) Risco de Mercado

Foi implementada a Política de Gerenciamento de Risco de Mercado na Instituição que tem o objetivo de identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição desses riscos, garantindo a existência de mecanismos eficientes para a supervisão e acompanhamento. Além da definição das diretrizes de gestão, foi encaminhada a sistematização das regras de apuração da parcela de Patrimônio de Referência Exigido, referente ao risco de mercado, considerando as características das operações existentes, tendo presente os requisitos mínimos estabelecidos pelo Banco Central do Brasil.

c) Risco Operacional

A Política de Gerenciamento de Risco Operacional definida contempla a visão gerencial e a cultura de controles, o reconhecimento e avaliação dos riscos, o controle das atividades e segregação de responsabilidades, o processo de informação e comunicação e a necessidade de monitoramento das atividades de controle. O sistema implantado com esse fim específico tem por base a classificação de riscos prevista no disposto na Resolução Bacen nº. 3.380/2006.

Severino Emanuel Mendes da Rocha
Diretor-Presidente

Alberto Sabino Santiago Galvão
Diretor de Negócios

Teótimo Soares de Almeida
Contador - CRC/PE Nº 022.654/O-0
CPF MF nº 183.449.254-87